



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
Secretaria da Corregedoria Regional

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

ANO:	2017
------	------

CORREGEDOR:	DESEMBARGADOR PAULO PIMENTA
-------------	-----------------------------

TIPO DE CORREIÇÃO:	ORDINÁRIA
--------------------	-----------

MODALIDADE:	SEMIPRESENCIAL
-------------	----------------

UNIDADE CORRECIONADA	14ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA
----------------------	---------------------------------

DATA DE INSTALAÇÃO DA VT:	24/01/2013
---------------------------	------------

JUIZ TITULAR:	ANTÔNIA HELENA GOMES BORGES TAVEIRA
---------------	-------------------------------------

TITULAR DESDE:	24/01/2013
----------------	------------

DATA DE INSTALAÇÃO PJE:	24/01/2013
-------------------------	------------

PERÍODO CORRECIONADO:	01/07/2016 a 31/05/2017
-----------------------	-------------------------

EQUIPE CORRECIONAL	
SERVIDOR	FUNÇÃO
Marcelo Marques de Matos	Diretor de Secretaria da Corregedoria Regional
Alisson Moura Luduvise	Assistente
Ana Flávia de Paula Guimarães	Assistente
José Fernando Teixeira Mendes	Assistente
Kátia Maria Salgado do Nascimento	Assistente
Luana Carvalho Arantes	Assistente
Nádia Maria Lopes dos Santos	Assistente

1 –DADOS ESTATÍSTICOS DA UNIDADE*

Item	MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	2014	2015	2016	2017**
1	Processos recebidos na fase de conhecimento	2.207	2.283	2.126	909
2	Processos solucionados na fase de conhecimento, incluídos os conciliados	1.824	2.233	2.036	882
3	Produção	83%	98%	96%	97%
4	Processos finalizados na fase de conhecimento	1.839	2.037	1.913	824
5	Processos pendentes de solução, na fase de conhecimento	648	684	784	808
6	Processos pendentes de finalização, na fase de conhecimento	1.030	1.262	1.466	1.550
7	Taxa de congestionamento, na 18ª Região, na fase de conhecimento	29%	29%	27%	45%
8	Taxa de congestionamento, na unidade, na fase de conhecimento	31%	24%	27%	46%
9	Execuções iniciadas	585	568	617	281
10	Execuções encerradas	797	561	544	240
11	Execuções baixadas	447	503	527	228
12	Execuções pendentes de encerramento	202	298	389	445
13	Execuções pendentes de baixa	256	251	394	450
14	Execuções no arquivo provisório em 31/12	59	11	9	13
15	Taxa de congestionamento, na 18ª Região, na fase de execução	69%	72%	73%	87%
16	Taxa de congestionamento, na unidade, na fase de execução	16%	32%	41%	65%
17	Índice de conciliação da 18ª Região	41%	40%	39%	41%
18	Índice de conciliação da unidade	37%	30%	36%	34%

* Dados extraídos do Sistema e-Gestão.

** Dados do exercício 2017 referem-se aos meses de janeiro a maio.

2 – ATIVIDADES DOS JUÍZES QUE ATUAM NA UNIDADE**2.1 – Juizes que atuam na unidade**

Juiz Titular	ANTÔNIA HELENA GOMES BORGES TAVEIRA
Juiz Auxiliar	LÍVIA FÁTIMA GONDIM PREGO

2.2 – Residência do Juiz Titular e Auxiliar fixo

O(A) Juiz(iza) Titular da Unidade, bem como o Auxiliar Fixo, se houver, residem nos limites territoriais de jurisdição da Vara (ou na Região Metropolitana)?	SIM	NÃO
	X	
Em caso de resposta negativa, qual o ato de autorização?		

2.3 – Assiduidade (dias da semana em que os juizes comparecem à Unidade)*

Juiz	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Titular	X	X	X	X	X
Auxiliar fixo	X	X	X	X	X

* Quadro preenchido segundo informação do Diretor de Secretaria.

2.4 – Audiências

2.4.1 – Quantidade média de dias por semana em que há audiências:	5
---	---

2.4.2 – Havendo Juiz Auxiliar na Unidade, as audiências são realizadas pelos Juizes Titular e Auxiliar em sistema de revezamento? Em caso afirmativo, especifique a forma de revezamento.	SIM	NÃO
		X
Forma de revezamento:		

2.4.3 – Procedimento adotado em audiências (una ou fracionada):

Rito	Una	Fracionada
Sumaríssimo		X
Ordinário		X

2.4.4 – Número de audiências realizadas:

Tipo de audiência	Média mensal
Audiências relativas a processos do rito Sumaríssimo	134
Audiências relativas a processos do rito Ordinário	226

* Dado fornecido pelo Sistema e-Gestão.

2.4.5 – Conciliações

Procedimento	SIM	NÃO
São incluídos em pauta processos na fase de execução para tentativa de acordo?		x

2.5 – Despachos

Média mensal de despachos exarados	596
Processos aguardando despacho, nesta data, no prazo	107
Processos aguardando despacho, nesta data, fora do prazo	0

* Dado apurado em 07/07/2017.

2.6 – Prolação de sentenças

2.6.1 – Média mensal de sentenças publicadas no período correccionado	66
--	----

* Dado fornecido pelo Sistema e-Gestão.

2.6.2 – Prolação de sentenças líquidas

Juiz	SUM	ORD
Juiz Titular	X	-
Juiz Auxiliar	X	-

2.6.3 – Número de processos pendentes aguardando julgamento

Tipo de decisão	Total	Fora do prazo
Sentença na fase de conhecimento	175	52
Sentença na fase executória	0	-
Embargos de declaração	44	27

2.6.4 – Processos aguardando julgamento, com prazo acima do limite legal (art. 226, III, do CPC)

Número único do processo	Data da Conclusão	Dias de Atraso	Juiz
10368-44.2016.5.18.14	5/4/2017	63	Antônia Helena Gomes B. Taveira
10131-73.2017.5.18.14	27/4/2017	41	Antônia Helena Gomes B. Taveira
10936-60.2016.5.18.14	27/4/2017	41	Antônia Helena Gomes B. Taveira
11679-70.2016.5.18.14	27/4/2017	41	Antônia Helena Gomes B. Taveira
10625-69.2016.5.18.14	3/5/2017	35	Antônia Helena Gomes B. Taveira
11556-72.2016.5.18.14	4/5/2017	35	Antônia Helena Gomes B. Taveira
10856-96.2016.5.18.14	9/5/2017	32	Antônia Helena Gomes B. Taveira
11358-35.2016.5.18.14	10/5/2017	32	Antônia Helena Gomes B. Taveira
11533-29.2016.5.18.14	9/5/2017	32	Antônia Helena Gomes B. Taveira
11586-10.2016.5.18.14	9/5/2017	32	Antônia Helena Gomes B. Taveira
11678-22.2015.5.18.14	9/5/2017	32	Antônia Helena Gomes B. Taveira
10834-38.2016.5.18.14	11/5/2017	29	Antônia Helena Gomes B. Taveira
11253-58.2016.5.18.14	11/5/2017	29	Antônia Helena Gomes B. Taveira
11665-86.2016.5.18.14	18/5/2017	22	Antônia Helena Gomes B. Taveira
11735-6.2016.5.18.14	18/5/2017	22	Antônia Helena Gomes B. Taveira
11702-16.2016.5.18.14	19/5/2017	21	Antônia Helena Gomes B. Taveira
11709-8.2016.5.18.14	23/5/2017	18	Antônia Helena Gomes B. Taveira
10904-55.2016.5.18.14	30/5/2017	12	Antônia Helena Gomes B. Taveira
10261-75.2017.5.18.10	31/5/2017	7	Antônia Helena Gomes B. Taveira
10307-52.2017.5.18.14	31/5/2017	7	Antônia Helena Gomes B. Taveira
11718-61.2016.5.18.16	31/5/2017	7	Antônia Helena Gomes B. Taveira
11787-2.2016.5.18.14	31/5/2017	7	Antônia Helena Gomes B. Taveira
11790-42.2016.5.18.18	31/5/2017	7	Antônia Helena Gomes B. Taveira
11921-29.2016.5.18.14	31/5/2017	7	Antônia Helena Gomes B. Taveira
10729-27.2017.5.18.14	5/6/2017	6	Antônia Helena Gomes B. Taveira

Número único do processo	Data da Conclusão	Dias de Atraso	Juiz
10741-41.2017.5.18.14	5/6/2017	6	Antônia Helena Gomes B. Taveira
11805-23.2016.5.18.14	5/6/2017	6	Antônia Helena Gomes B. Taveira
10821-5.2017.5.18.14	6/6/2017	5	Antônia Helena Gomes B. Taveira
11520-30.2016.5.18.14	6/6/2017	5	Antônia Helena Gomes B. Taveira
11841-65.2016.5.18.14	6/6/2017	5	Antônia Helena Gomes B. Taveira
11842-50.2016.5.18.14	6/6/2017	5	Antônia Helena Gomes B. Taveira
10209-67.2017.5.18.14	8/6/2017	1	Antônia Helena Gomes B. Taveira
11870-18.2016.5.18.14	7/6/2017	1	Antônia Helena Gomes B. Taveira
11884-2.2016.5.18.14	8/6/2017	1	Antônia Helena Gomes B. Taveira
12161-18.2016.5.18.14	7/6/2017	1	Antônia Helena Gomes B. Taveira
11326-30.2016.5.18.14	3/4/2017	61	Lívia Fátima Gondim Prego
10180-17.2017.5.18.14	25/4/2017	43	Lívia Fátima Gondim Prego
11394-74.2016.5.18.15	25/4/2017	43	Lívia Fátima Gondim Prego
10453-93.2017.5.18.14	26/4/2017	42	Lívia Fátima Gondim Prego
10383-76.2017.5.18.14	27/4/2017	41	Lívia Fátima Gondim Prego
10045-5.2017.5.18.14	2/5/2017	36	Lívia Fátima Gondim Prego
11922-14.2016.5.18.14	2/5/2017	36	Lívia Fátima Gondim Prego
10076-25.2017.5.18.14	4/5/2017	35	Lívia Fátima Gondim Prego
10346-49.2017.5.18.14	4/5/2017	35	Lívia Fátima Gondim Prego
10414-96.2017.5.18.14	9/5/2017	32	Lívia Fátima Gondim Prego
11699-61.2016.5.18.14	10/5/2017	32	Lívia Fátima Gondim Prego
10290-16.2017.5.18.14	11/5/2017	29	Lívia Fátima Gondim Prego
11124-43.2016.5.18.82	11/5/2017	29	Lívia Fátima Gondim Prego
11713-75.2016.5.18.4	11/5/2017	29	Lívia Fátima Gondim Prego
10074-89.2016.5.18.14	15/5/2017	27	Lívia Fátima Gondim Prego
11531-59.2016.5.18.14	15/5/2017	27	Lívia Fátima Gondim Prego
11641-58.2016.5.18.14	15/5/2017	27	Lívia Fátima Gondim Prego
TOTAL DE SENTENÇAS PENDENTES FORA DO PRAZO			52

3 – PRAZOS MÉDIOS DA UNIDADE***3.1 – Entrega da prestação jurisdicional**

Rito	Prazo médio	
	Na última visita correcional**	No período correccionado
Sumaríssimo (Art. 852-H, § 7º, da CLT – 30 dias)	43	52
Ordinário	170	199

3.2 – Prazo médio (em dias) para prolação de sentenças na fase de conhecimento

Rito	Prazo médio	
	Na última visita correcional**	No período correccionado
Sumaríssimo	3	7
Ordinário	10	22

3.3 – Prazo médio para prolação de sentenças da fase executória	Na última visita correcional**	No período correccionado
	2	1

3.4 – Prazo médio (em dias) para exarar despachos	Na última visita correcional**	No período correccionado
	2	2

3.5 – Prazos da Secretaria

Ato processual	Na última visita correcional**	No período correccionado
Cumprimento de despachos e outros atos judiciais	2	2
Atualização de cálculos	2	2
Cumprimento de diligências pelos oficiais de justiça	-	-

3.6 – Prazo médio para audiências (iniciais ou unas):

Rito	Prazo médio	
	Na última visita correcional **	No período correccionado
Sumaríssimo	38	26
Ordinário	54	49

* Dados fornecidos pelo Sistema e-Gestão.

* A última visita correcional foi realizada em 10/08/2016 e foram considerados os dados estatísticos do período compreendido entre 1º/07/2015 e 30/06/2016.

4 – SECRETARIA DA VARA DO TRABALHO**4.1 – Estrutura da Secretaria****4.1.1 – Quadro de Pessoal**

Nome	Função	Situação
Samuel Fábio Ferreira Júnior	Diretor de Secretaria	Efetivo
Adriano Wandré de Abreu Pinheiro	Assistente de Juiz	Efetivo
Ana Paula Paffer Cruz de Gusmão		Efetiva
Andréia Xavier Demétrio Santos	Secretária de Audiências	Efetiva
Dayana Moreira da Silva	Assistente II	Efetiva
Eliane de Fátima Santana de Araújo	Secretária de Audiências	Efetiva
Márcia Maria Alves Tertuliano		Efetiva
Mário Augusto Roque		Efetivo
Míriam Dias Ferreira	Assistente de Juiz	Efetiva
Nara Alves da Silva Medeiros Queiroz	Assistente II	Efetiva
Nathália Ramos Sores		Efetiva
Valena Prudente Bittencourt Ramos		Efetiva
Waldir Flávio de Souza	Assistente de Diretor	Efetivo
Vinícius Rios Bertuzzi		Estagiário
João Victor Rodrigues Costa		Menor-aprendiz

* A unidade não possui claro de lotação.

4.1.2 – Recursos tecnológicos

Equipamento	Quantidade
Computadores	14
Notebooks	0
Impressoras	1
Multifuncionais	1
Fax	0
Digitalizadora	1
Leitores óticos	0

4.1.3 – Gestão ambiental

Ações de preservação e recuperação	Desenvolvidas
Conscientização quanto ao consumo racional de água, a fim de evitar desperdícios	X
Consumo racional de energia elétrica	X
Utilização do correio eletrônico, malote digital e mensagens instantâneas em softwares homologados pelo tribunal em substituição à correspondência impressa	X
Impressão de documentos utilizando, sempre que possível, a frente e o verso do papel	X
Aproveitamento de papel usado como rascunho	X
Utilização de copos/xícaras de vidro/louça (pelo público interno) em lugar dos descartáveis	X
Separação e coleta seletiva do lixo produzido pela Unidade	X
Plantio de árvores/arbustos e preservação dos recursos vegetais existentes	-

5 – PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA UNIDADE

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
1	A Unidade realiza, no sistema PJe-JT, o lançamento correto dos movimentos, visando alimentar corretamente a ferramenta e-Gestão, como, por exemplo: solução, liquidação iniciada, liquidação encerrada, execução iniciada, execução suspensa, execução encerrada e arquivamento, de maneira a retratar com exatidão as informações relativas à unidade e aos magistrados, conforme, inclusive, o teor do Ofício Circular nº 05/2014/TRT18-SCR e o art. 49 do PGC? Em caso de não atendimento ou atendimento parcial, apresentar justificativa.		X	
2	A Unidade procede à correção/lançamento dos movimentos no sistema informatizado PJe-JT, conforme constatado nas correições permanentes realizadas no período correccionado?	X		
3	A Unidade procede ao lançamento concomitante, no SAJ18, dos andamentos relativos aos prazos afetos aos magistrados, tais como encerramento de instrução, férias de magistrados, lançamento de solução, dos processos que tramitam no Sistema PJe-JT, conforme Ofício-Circular TRT 18ª SCJ nº 16/2013?	X		
4	A Unidade revisa e, se for o caso, procede à retificação dos dados cadastrais preenchidos pelas partes no sistema PJe-JT, conforme disposto nos artigos 46 e 47 do PGC, no artigo 26, parágrafo 3º da Resolução 136/2014 do CSJT e Provimento SRC 03/2016?	X		
5	A Unidade procede à extinção do processo, sem resolução do mérito, em razão de divergência entre os dados informados pelo autor da ação no PJe-JT e a petição inicial (Provimento SCR nº 3/2016)?		X	
6	A Secretaria da Vara procede ao lançamento, imediatamente após a ocorrência, dos valores de custas e recolhimentos fiscais e previdenciários, inclusive das custas recolhidas quando da interposição de recursos ordinários, bem como os valores pagos em acordo ou execução, nos termos do artigo 163 do PGC? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	X		
7	É cumprido o procedimento regulamentado no Ofício Circular SCJ nº 83/2009, de 27/05/2009, quanto ao preenchimento e à juntada aos autos da certidão de verificação das condições de arquivamento (check list), indicando o prazo de guarda dos autos e possibilitando a futura eliminação dos autos sem a necessidade de nova conferência? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)		X	

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
8	A Unidade realiza a intimação do MPT da designação da audiência, bem como das sentenças prolatadas e acordos homologados, nas ações em que figuram como partes ou intervenientes pessoa idosa ou menor (artigo 346 do PGC)? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	X		
9	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de decisão de admissibilidade que analisa de forma explícita os pressupostos recursais? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	X		
10	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de termo de remessa, conforme disposto no artigo 128 do PGC? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	X		
11	A Unidade possui Núcleo Permanente de Conciliação? Em caso afirmativo indicar o ato normativo que o instituiu.		X	
12	A Unidade aderiu ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania?	X		
13	Para qual mês a Unidade está marcando audiências iniciais e de instrução? Informar as datas conforme os ritos.			As audiências unas/iniciais estão sendo marcadas para julho/2017. As audiências de instrução estão sendo marcadas para agosto/2017 no rito sumaríssimo e março/2018 no rito ordinário.
14	A Unidade designa audiência de encerramento da instrução quando não houver mais provas a serem produzidas? (Provimento SCR nº 2/2016)		X	
15	Nos casos em que há celebração de acordo, o Juízo determina que os depósitos sejam realizados em conta judicial, conforme Recomendação TRT18ª SCR nº 1/2014 ?	X		
16	A Secretaria da Vara procede à transferência do valor correspondente ao depósito recursal para a conta judicial, logo após o trânsito em julgado, conforme Recomendação TRT18ª SCR nº 1/2014? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	X		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
17	Nas sentenças e decisões homologatórias de acordo proferidas pelo Juízo estão consignadas as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, conforme disposto no artigo 81 do PGC? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	X		
18	A Unidade adota o procedimento previsto no artigo 86, parágrafo 3º do PGC, no sentido de encaminhar à Procuradoria Federal em Goiás, e para o TST, por meio eletrônico, cópia da sentença que reconheça conduta culposa do empregador em acidente de trabalho, a fim de subsidiar eventual ajuizamento de ação regressiva? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	X		
19	A Secretaria da Vara expede, após o trânsito em julgado, os ofícios determinados nas sentenças? Em caso afirmativo, o envio é feito por mensagem eletrônica? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	X		
20	A intimação do órgão representativo da União, relativamente aos acordos homologados, quando não dispensada nos termos do artigo 175 do PGC, são feitas após o vencimento da avença, conforme previsto no artigo 174 do mesmo diploma normativo?	X		
21	A Unidade obedece ao disposto no artigo 179 do PGC, no sentido de utilizar todos os meios à disposição do Juízo para a constrição de bens nas execuções de crédito previdenciário, cujo valor ultrapasse o piso estabelecido pela Portaria MPS nº 1293/2005 (R\$ 120,00)?	X		
22	A Secretaria da Vara expede ofícios à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova o envio da GFIP, conforme disposto no artigo 177, parágrafo 3º do PGC? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	X		
23	O Juiz inclui em pauta os processos na fase de execução para tentativa de acordo, nos termos do artigo 1º, alínea “j” da Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho? (indicar no campo “observações” com qual frequência: semanal, quinzenal ou mensal)		X	
24	A Unidade procede à atualização dos cálculos, nos termos do artigo 154 do PGC?	X		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
25	Nos casos em que a decisão for líquida ou quando o valor da conta for inequivocamente superior ao do depósito recursal, a Unidade procede à liberação do depósito recursal, independente de requerimento da parte, imediatamente após o trânsito em julgado da sentença, nos termos do artigo 195 do PGC? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	X		
26	O Juízo, de ofício, exaure todos os meios disponíveis para constrição dos bens do executado, como, por exemplo: utilização de todos os convênios previstos no artigo 159 do PGC, expedição de mandado de penhora e avaliação de bens, expedição de ofícios aos cartórios de registro de imóveis, antes de suspender a execução, conforme Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho?		X	
27	A Secretaria da Vara obedece ao prazo de 20 (vinte) dias entre a publicação do edital e a realização da praça/leilão, conforme previsto no artigo 888 da CLT ?	X		
28	A Secretaria da Vara procede à intimação do credor com garantia real acerca da realização de praça de bem imóvel, conforme disposto no parágrafo único do artigo 207 do PGC?	X		
29	Nas execuções frustradas, quando não for localizado o devedor ou não forem encontrados os bens passíveis de constrição, o Juízo utiliza o procedimento previsto no artigo 40 da Lei 6.830/80 (Lei de Execução Fiscal), aplicando a prescrição intercorrente, nos termos do artigo 161 do PGC? (No campo observações, especificar se o procedimento é adotado tanto nas execuções previdenciárias, quanto nas trabalhistas).	X		
30	Nas execuções suspensas por inércia do credor, o Juízo envia os autos ao arquivo provisório e, após a ocorrência da prescrição intercorrente, extingue o processo, nos termos do artigo 161 do PGC e do artigo 40, parágrafo 4º, da Lei nº 6.830/80? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)		X	
31	Nas execuções suspensas por inércia do credor, a Secretaria da Vara lança no sistema informatizado o movimento que indica a suspensão da execução e, se for o caso, posteriormente, o movimento que indica o arquivo provisório?		X	

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
32	No caso de execução de crédito trabalhista em que se tenha dado a decretação da falência do executado ou este se encontre em recuperação judicial, a vara do trabalho procede à expedição de certidão de crédito, nos termos do artigo 247 do PGC? A expedição da certidão de crédito importa no arquivamento provisório do processo, nos termos do artigo 246 do PGC?		X	
33	Nos editais de citação, das execuções fiscais, a Unidade inclui os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's) e as datas de inscrição, conforme o disposto no artigo 8º, IV, da Lei nº 6.830/80 e 183 do PGC? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	X		
34	Nos editais de citação, das execuções fiscais, a Unidade inclui o prazo de 30 dias para publicidade e de 05 dias para o executado pagar ou garantir a dívida, conforme artigo 8º da Lei nº 6.830/80? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	X		
35	Todas as publicações referentes às ações de execução fiscal contêm os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's) relacionadas ao processo?	X		
36	A Unidade possui servidores atuando em regime de teletrabalho? Em caso afirmativo, indicar o nome de cada servidor, o ato normativo (Portaria) que o designou para trabalhar nesta situação, as atividades por ele desempenhadas e se está em estágio probatório. (RA nº 160/2016)	X		Miriam Dias Ferreira – Assistente de Juiz – Sisdoc 7552/2017 – Portaria 001/2013; Adrianno Wandré de Abreu Pinheiro – Assistente de Juiz – Portaria 001/2013; Dayana Moreira da Silva – Assistente II – Sisdoc n. 101/2015 – Portaria 001/2015; Nara Alves da Silva Medeiros Queiroz – Assistente II – Sisdoc 4019/2015 – Portaria 002/2015;
37	A Unidade procede, quando necessário, à alimentação do Sistema NUGEP, visando dar cumprimento às alterações promovidas pela Lei nº 13.015/2014 e pela Resolução nº 160 do Conselho Nacional de Justiça, nos termos Memorando-Circular TRT 18ª GP/SRR/NURER nº 006/2015.	X		

6 – SISTEMAS INFORMATIZADOS E CONVÊNIOS**6.1 – Convênios**

CONVÊNIO	UTILIZA independentemente de solicitação da parte	UTILIZA mediante solicitação da parte	NÃO UTILIZA
BACENJUD	X		
RENAJUD	X		
DETRAN	X		
INFOJUD	X		
INFOSEG	X		
INCRA			X
JUCEG	X		
SIMBA			X
SRTE (envio de sentenças por e-mail)	X		
CEF (envio de sentenças por e-mail)	X		
RFB (envio de sentenças por e-mail)	X		

6.2 – Sistemas informatizados

SISTEMA	UTILIZA	NÃO UTILIZA
Sistema AUD	X	
Sistema SAJ18	X	
Módulo Despacho Expresso do SAJ18		X
Sistema de Proc. Eletrônico de Cartas Precatórias		X
Sistema de Cálculos	X	
Sistema de Guias	X	
Sistema de Emissão de DARF/GRU	X	

7 – RESULTADO DO TRABALHO DE INSPEÇÃO CORREICIONAL**7.1 – Cumprimento das recomendações constantes da ata de correição do exercício anterior**

Recomendação	Cumpriu?		Observações
	SIM	NÃO	
7.1.1 - Que as Excelentíssimas Juízas Titular e Auxiliar adotem medidas efetivas para conter o elastecimento do prazo médio da entrega da prestação jurisdicional nos processos submetidos ao rito ordinário, com índices em crescimento desde o exercício de 2013...		X	

7.2 – Constatções decorrentes da inspeção processual

Item	Constatações
1	Nos processos a seguir relacionados, ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza o Check List elaborado pela Secretaria-Geral de Coordenação Judiciária para o arquivamento dos processos, certificando a inexistência de pendências, todavia NÃO indica o prazo de guarda, conforme tabela de temporalidade, cumprindo PARCIALMENTE o disposto no artigo 336 do PGC (processos: RTOrd-0011703-69.2014.5.18.0014; RTOrd-0011286-82.2015.5.18.0014; RTOrd-0010223-85.2016.5.18.0014; RTOrd-0011426-53.2014.5.18.0014; RTOrd-0011925-37.2014.5.18.0014; RTSum-0011873-07.2015.5.18.0014; RTOrd-0011829-85.2015.5.18.0014; RTOrd-0010061-90.2016.5.18.0014; RTOrd-0010235-02.2016.5.18.0014; RTSum-0011373-04.2016.5.18.0014).
2	Nos processos a seguir relacionados, ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE, constatou-se a remessa EQUIVOCADA dos autos ao arquivo definitivo, uma vez que a execução não foi extinta em conformidade com as normas legais, DESCUMPRINDO o disposto nos artigos 85 e 86 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (processos: RTOrd-0011703-69.2014.5.18.0014; RTOrd-0011286-82.2015.5.18.0014; RTOrd-0010223-85.2016.5.18.0014; RTOrd-0011426-53.2014.5.18.0014; RTOrd-0011925-37.2014.5.18.0014; RTSum-0011873-07.2015.5.18.0014).
3	Nos processos a seguir relacionados, ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE, constatou-se erro de procedimento, uma vez que o Juízo expede a certidão de crédito para fins de habilitação do credor junto ao juízo da recuperação judicial e remete os autos ao arquivo definitivo, em DESCONFORMIDADE com o artigo 247, § 2º, do PGC (processos: RTOrd-0011829-85.2015.5.18.0014; RTOrd-0010061-90.2016.5.18.0014; RTOrd-0010235-02.2016.5.18.0014; RTSum-0011373-04.2016.5.18.0014).
4	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Vara do Trabalho cumpre o disposto no artigo 81 do PGC, uma vez que constam das decisões condenatórias de pessoas jurídicas, com valores a serem recolhidos a título de contribuição previdenciária, orientações acerca das obrigações acessórias, inclusive da necessidade de entrega da GFIP (processos: RTOrd-0011775-85.2016.5.18.0014; RTOrd-0010314-78.2016.5.18.0014; RTOrd-0011505-61.2016.5.18.0014; RTOrd-0010381-43.2016.5.18.0014; RTOrd-0011083-86.2016.5.18.0014; RTOrd-0012113-59.2016.5.18.0014; RTOrd-0012123-06.2016.5.18.0014; RTOrd-0011741-13.2016.5.18.0014; RTOrd-0010744-30.2016.5.18.0014).
5	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Secretaria da Vara certifica o trânsito em julgado das sentenças proferidas, cumprindo o disposto no artigo 97 do PGC (processos: RTOrd-0011775-85.2016.5.18.0014; RTOrd-0010314-78.2016.5.18.0014; RTOrd-0010517-40.2016.5.18.0014; RTOrd-0011505-61.2016.5.18.0014; RTOrd-0010381-43.2016.5.18.0014; RTOrd-0011083-86.2016.5.18.0014; RTOrd-0012113-59.2016.5.18.0014; RTOrd-0012123-06.2016.5.18.0014; RTOrd-0011741-13.2016.5.18.0014; RTOrd-0010744-30.2016.5.18.0014).
6	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Secretaria da Vara expede os ofícios determinados na sentença após o trânsito em julgado (processos: RTOrd-0010314-78.2016.5.18.0014; RTOrd-0010517-40.2016.5.18.0014; RTOrd-0010381-43.2016.5.18.0014).
7	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que, nos ACORDOS HOMOLOGADOS pela Vara do Trabalho, são cumpridas as disposições dos artigos 76 e 81 do PGC, porquanto as atas/decisões homologatórias contêm as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade da entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do mesmo diploma normativo (processos: RTOrd-0011301-85.2014.5.18.0014; RTOrd-0011884-36.2015.5.18.0014; RTOrd-0011040-86.2015.5.18.0014; RTSum-0010258-45.2016.5.18.0014).
8	Nos processos a seguir relacionados, em que houve CONCILIAÇÃO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe, os valores dos acordos pagos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTOrd-0012245-19.2016.5.18.0014; RTSum-0010012-15.2017.5.18.0014; RTOrd-0011301-85.2014.5.18.0014; RTOrd-0011884-36.2015.5.18.0014; RTOrd-0011040-86.2015.5.18.0014; RTSum-0010258-45.2016.5.18.0014).

Item	Constatações
9	Nos processos a seguir relacionados, em que houve CONCILIAÇÃO, constatou-se a utilização de conta judicial para pagamento dos acordos homologados, cumprindo o disposto na Recomendação TRT 18ª/SCR nº 1/2014 (processos: RTSum-0010012-15.2017.5.18.0014; RTOOrd-0010139-84.2016.5.18.0014; RTOOrd-0010705-33.2016.5.18.0014; RTSum-0011833-88.2016.5.18.0014; RTSum-0010473-84.2017.5.18.0014; RTOOrd-0011301-85.2014.5.18.0014; RTOOrd-0011884-36.2015.5.18.0014; RTSum-0010258-45.2016.5.18.0014).
10	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções foram SUSPENSAS, constatou-se que a Vara do Trabalho aplica, mediante despacho fundamentado, o procedimento previsto no artigo 40 da Lei 6.830/80, suspendendo a execução pelo prazo de até 01 (um) ano (processos: RTOOrd-0011286-82.2015.5.18.0014; RTOOrd-0010223-85.2016.5.18.0014; RTOOrd-0011426-53.2014.5.18.0014; RTOOrd-0011925-37.2014.5.18.0014; RTSum-0011873-07.2015.5.18.0014; RTSum-0011869-67.2015.5.18.0014).
11	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções foram SUSPENSAS, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO lança, no sistema PJe, após o período de suspensão do processo por execução frustrada, o movimento que indica o arquivamento PROVISÓRIO do autos, DESCUMPRINDO o disposto no artigo 49 do PGC e INVIABILIZANDO a pronta identificação do início do prazo prescricional, conforme comandos dos artigos 40 da Lei 6.830/80, 161 do PGC e Provimento TRT 18ª SCR Nº 04/2010 (processos: RTOOrd-0011286-82.2015.5.18.0014; RTOOrd-0010223-85.2016.5.18.0014; RTOOrd-0011426-53.2014.5.18.0014; RTOOrd-0011925-37.2014.5.18.0014; RTSum-0011873-07.2015.5.18.0014; RTSum-0011869-67.2015.5.18.0014).
12	Nas EXECUÇÕES FISCAIS a seguir relacionadas, constatou-se que a Vara do Trabalho cita o executado, via postal, para pagar ou garantir a execução no prazo de cinco dias, nos termos do artigo 8º, I, da Lei 6.830/80 (processos: ExFis-0010933-08.2016.5.18.0014; ExFis-0010759-96.2016.5.18.0014; ExFis-0010798-93.2016.5.18.0014; ExFis-0011745-84.2015.5.18.0014; ExFis-0011494-32.2016.5.18.0014).
13	Nas EXECUÇÕES FISCAIS a seguir relacionadas, constatou-se que a Vara do Trabalho elabora edital de citação com prazo de publicidade de 30 (trinta) dias, cumprindo o artigo 8º, inciso IV, da Lei 6.830/80 (processos: ExFis-0010933-08.2016.5.18.0014; ExFis-0010759-96.2016.5.18.0014; ExFis-0011745-84.2015.5.18.0014; ExFis-0011494-32.2016.5.18.0014).
14	Nas EXECUÇÕES FISCAIS a seguir relacionadas, constatou-se que a Vara do Trabalho aplica, mediante despacho fundamentado, o procedimento previsto no artigo 40 da Lei 6.830/80, suspendendo a execução e posteriormente enviando os autos ao arquivo provisório (processos: ExFis-0010933-08.2016.5.18.0014; ExFis-0010759-96.2016.5.18.0014; ExFis-0010798-93.2016.5.18.0014; ExFis-0011745-84.2015.5.18.0014; ExFis-0011494-32.2016.5.18.0014).
15	Nos processos de EXECUÇÃO FISCAL a seguir relacionados, constatou-se que dos editais de Praça/Leilão e de Intimação, expedidos pela Vara do Trabalho, constam os números das CDAs, cumprindo o disposto no artigo 185 do PGC (processos: ExFis-0010933-08.2016.5.18.0014; ExFis-0010759-96.2016.5.18.0014; ExFis-0010798-93.2016.5.18.0014; ExFis-0011745-84.2015.5.18.0014; ExFis-0011494-32.2016.5.18.0014).
16	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA EXCLUSIVAMENTE, constatou-se que a Secretaria da Vara expede ofício à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova nos autos o envio da GFIP, cumprindo o parágrafo 4º do artigo 177 do PGC (processos: RTOOrd-0011778-74.2015.5.18.0014; RTOOrd-0010530-10.2014.5.18.0014; RTOOrd-0010101-72.2016.5.18.0014; RTSum-0012145-98.2015.5.18.0014).

Item	Constatações
17	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA EXCLUSIVAMENTE, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente os movimentos referentes ao início e fim da execução, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOOrd-0011778-74.2015.5.18.0014; RTOOrd-0011884-36.2015.5.18.0014; RTOOrd-0010530-10.2014.5.18.0014; RTOOrd-0010101-72.2016.5.18.0014; RTSum-0012145-98.2015.5.18.0014; RTSum-0010299-12.2016.5.18.0014).
18	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA EXCLUSIVAMENTE, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema PJe os valores referentes aos recolhimentos previdenciários, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTOOrd-0011778-74.2015.5.18.0014; RTOOrd-0011884-36.2015.5.18.0014; RTOOrd-0010530-10.2014.5.18.0014; RTOOrd-0010101-72.2016.5.18.0014; RTSum-0012145-98.2015.5.18.0014; RTSum-0010299-12.2016.5.18.0014).
19	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente no sistema informatizado PJe os movimentos que indicam início e fim da execução, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTSum-0010843-97.2016.5.18.0014; RTOOrd-0010706-18.2016.5.18.0014; RTOOrd-0010202-12.2016.5.18.0014; RTOOrd-0010421-25.2016.5.18.0014; RTSum-0010935-75.2016.5.18.0014; RTSum-0010473-21.2016.5.18.0014).
20	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza APENAS os convênios BACENJUD e RENAJUD, abrindo mão dos demais convênios previstos no artigo 159 do PGC. Constatou-se, ainda, que a Vara do Trabalho, independentemente de requerimento da parte, procede à expedição de mandado de penhora e avaliação antes da suspensão do processos por execução frustrada. Sendo assim, constatou-se o CUMPRIMENTO EM PARTE do disposto na Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (processos: RTOOrd-0010749-86.2015.5.18.0014; RTOOrd-0010879-76.2015.5.18.0014; RTOOrd-0010929-68.2016.5.18.0014; RTOOrd-0011363-57.2016.5.18.0014; RTOOrd-0011421-94.2015.5.18.0014; RTOOrd-0011477-30.2015.5.18.0014).
21	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho libera imediatamente o depósito recursal ao exequente, após o trânsito em julgado da sentença líquida, cumprindo o disposto no artigo 195 do PGC (processos: RTOOrd-0010534-13.2015.5.18.0014; RTOOrd-0010656-26.2015.5.18.0014; RTOOrd-0011381-15.2015.5.18.0014).
22	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que o Juízo aplica, de ofício, a DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA, sem a instauração do INCIDENTE, incluindo-se de imediato os sócios no polo passivo da execução (processos: RTOOrd-0010319-76.2015.5.18.0001; RTOOrd-0011243-48.2015.5.18.0014; RTOOrd-0011391-25.2016.5.18.0014).
23	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho, na ocasião de prolação de sentenças líquidas, adota o procedimento previsto no artigo 158 do PGC (processos: RTOOrd-0010202-12.2016.5.18.0014; RTOOrd-0010421-25.2016.5.18.0014; RTSum-0010935-75.2016.5.18.0014; RTSum-0010473-21.2016.5.18.0014).
24	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que a Vara do Trabalho intima o Ministério Público do Trabalho (MPT) das audiências iniciais designadas, das sentenças proferidas e/ou dos acordos homologados, nos processos em que figuram como partes ou intervenientes menores ou idosos, cumprindo o disposto no artigo 346 do PGC (processos: RTAlç-0011587-92.2016.5.18.0014; RTAlç-0011956-86.2016.5.18.0014; RTOOrd-0012066-85.2016.5.18.0014; RTOOrd-0011001-94.2016.5.18.0001; RTOOrd-0010999-85.2016.5.18.0014; RTOOrd-0011375-71.2016.5.18.0014; RTSum-0011880-62.2016.5.18.0014).

Item	Constatações
25	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Vara do Trabalho faz termo de remessa, certifica corretamente os feriados, indica o rito adotado e o nome do Juiz prolator da sentença, nos casos de envio dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, cumprindo o disposto no artigo 128 do PGC (processos: RTOOrd-0010692-68.2015.5.18.0014; RTOOrd-0011002-74.2015.5.18.0014; RTOOrd-0010211-71.2016.5.18.0014; RTOOrd-0010697-56.2016.5.18.0014; RTSum-0011850-27.2016.5.18.0014).
26	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que o Juiz analisa de forma explícita os pressupostos recursais, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos em grau de recurso ao Tribunal (processos: RTOOrd-0010692-68.2015.5.18.0014; RTOOrd-0011002-74.2015.5.18.0014; RTOOrd-0010211-71.2016.5.18.0014; RTOOrd-0010697-56.2016.5.18.0014; RTSum-0011850-27.2016.5.18.0014).
27	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema PJe o valor das custas arrecadadas nos recursos ordinários interpostos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTOOrd-0010692-68.2015.5.18.0014; RTOOrd-0011002-74.2015.5.18.0014; RTOOrd-0010211-71.2016.5.18.0014; RTOOrd-0010697-56.2016.5.18.0014; RTSum-0011850-27.2016.5.18.0014).
28	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema informatizado PJe, o movimento de recebimento do recurso, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOOrd-0010692-68.2015.5.18.0014; RTOOrd-0011002-74.2015.5.18.0014; RTOOrd-0010211-71.2016.5.18.0014; RTOOrd-0010697-56.2016.5.18.0014; RTSum-0011850-27.2016.5.18.0014).
29	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que a Vara do Trabalho faz termo de remessa, certifica corretamente os feriados, indica o rito adotado e o nome do Juiz prolator da decisão, nos casos de envio dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, cumprindo o disposto no artigo 128 do PGC (processos: RTOOrd-0010742-65.2013.5.18.0014; RTOOrd-0010119-98.2013.5.18.0014; RTSum-0011707-06.2014.5.18.0015; RTOOrd-0011960-60.2015.5.18.0014; ET-0010172-40.2017.5.18.0014).
30	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que o Juiz analisa os pressupostos recursais, admitindo os recursos de forma explícita, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos ao Tribunal (processos: RTOOrd-0010742-65.2013.5.18.0014; RTOOrd-0010119-98.2013.5.18.0014; RTSum-0011707-06.2014.5.18.0015; RTOOrd-0011960-60.2015.5.18.0014; ET-0010172-40.2017.5.18.0014).
31	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema informatizado PJe, o movimento de recebimento do recurso, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOOrd-0010742-65.2013.5.18.0014; RTOOrd-0010119-98.2013.5.18.0014; RTOOrd-0011960-60.2015.5.18.0014; ET-0010172-40.2017.5.18.0014).
32	Analizadas as pautas de audiências do período compreendido entre 03/11/2016 e 31/05/2017, constatou-se que: (1º) o atraso médio para o início das audiências é de 21 (vinte e um) minutos e (2º) em média, são incluídos diariamente, na pauta de audiências, 16 (dezesesseis) processos.
33	Analizadas as pautas de audiências do período compreendido entre 03/11/2016 e 31/05/2017, constatou-se que, via de regra, as audiências são realizadas de segunda a sexta-feira.
34	Analizados, em 04/04/2017, os processos a seguir relacionados, tomados por amostragem, constatou-se o prazo médio de 01 (um) dia para solução de incidentes na fase de execução, inferior aos cinco dias para julgamento previsto no artigo 885 da CLT (Processos: 11631-82.2014.5.18.14, 10287-95.2016.5.18.14, 10303-49.2016.5.18.14, 10767-44.2014.5.18.14, 11165-25.2013.5.18.14, 11639-93.2013.5.18.14, 12042-28.2014.5.18.14, 10272-63.2015.5.18.14, 10624-21.2015.5.18.14 e 10363-11.2014.5.18.8).

